



### **GT 39 Sociologia Digital**

Coordenador: Richard Miskolci – UFSCAR

Coordenadora: Miriam Adelman – UFPR

Suplente: Fernando de Figueiredo Balieiro – UFPEL

## **Espaço, tempo e subjetividade na era digital: dilemas da política contemporânea**

***Samira Feldman Marzochi***

Núcleo de Estudos em Ambiente,  
Cultura e Tecnologia – NAMCULT  
Departamento de Sociologia – UFSCar

**Resumo:** Em diálogo com a bibliografia mais recente sobre mídias digitais (Baym, Beleli, Bentes, Hine, Miskolci, Sassen, Turkle, entre outros), este artigo tem como propósito recategorizar a relação espaço-tempo a partir de uma noção particular de ciberespaço para a definição típica-ideal do sujeito político contemporâneo. O ciberespaço é aqui concebido como terceira dimensão entre a sincronia e a diacronia, onde a escrita espontânea, contextual ou de curta validade, fixada no hipertexto, estaria entre o tempo reversível e o irreversível, o cíclico e o linear, a língua e a fala. O aspecto privilegiado será a primazia, cada vez mais acentuada, do espaço sobre o tempo na constituição da experiência subjetiva, a relação desta com o advento e disseminação das tecnologias digitais, e seus reflexos no campo da cultura política. Em um presente contínuo que impede a imaginação de rupturas e do próprio futuro, os indivíduos experimentam um fazer político diferenciado que prescinde da noção de projeto, totalidade, e mesmo de universalidade. No entanto, a pesquisa não toma as tecnologias como determinantes das relações sociais. Longe de considerar a cultura um epifenômeno do desenvolvimento tecnológico, as tecnologias digitais são compreendidas de modo expressionista como um dos componentes, associado a outros, que contribuem para configurar a cultura política contemporânea.

## Introdução

*...Cérebro eletrônico nenhum me dá socorro  
em meu caminho inevitável para a morte  
porque sou vivo, ah, sou muito vivo  
e sei  
que a morte é nosso impulso primitivo...*

Gilberto Gil, "Cérebro Eletrônico"

A frase formulada por Antoine Léonard Thomas, "puisque je doute, je pense; puisque je pense, j'existe", para sintetizar a proposição de René Descartes, assume a distância como condição do pensamento. Conceber a realidade, inclusive a si mesmo, exige a construção de objetos através do estranhamento possibilitado pela dúvida. Em outras palavras, apenas sei que sou sujeito porque sou capaz de me ver como objeto a partir de fora, situando-me, virtualmente, em um plano que está além de mim; apenas existo porque me construo sob a perspectiva de um ponto que me transcende. Esta seria a condição para a constituição da subjetividade.

Ao transpor a proposição para o problema da constituição da subjetividade política na contemporaneidade, esbarro com um novo contexto cultural que tende a eliminar a transcendência, em que o "virtual" das mídias digitais tende a sobrepor-se à virtualidade da simbolização. Para usar a terminologia pós-estruturalista sugerida por Jacques Lacan, não é a "realidade" como compósito simbólico-imaginário que as mídias digitais ameaçam, mas o "simbólico", a linguagem articulada por sua lógica sistêmica. Viver a realidade espaço-temporal do ciberespaço não significa estar sob o imperativo do virtual, mas sim do "imaginário": das imagens e miragens narcísicas que conservam e acumulam o "real", aquilo que sobra da representação pela linguagem, numa espécie de limbo ou limo à sombra.

É assim que a vida social digitalizada se combina mais ao imanentismo do imaginário que à transcendência ou virtualização. As palavras se colam às coisas tão perfeitamente que eliminam a singularidade, o desencaixe que permite a subversão linguística. Como as coisas resultam dos jogos de força econômicos, o mundo ganha tal materialidade numérica e totalizante que inibe a liberdade de ressignificação. E quando se perde a liberdade de atribuição de significado às coisas por meio da apropriação simbólica para a elaboração de novas visões de mundo, chancela-se o fim dos movimentos de transformação social significativa.

Neste quadro, de que modo compreender o ativismo digital ou ciberativismo? Como caracterizar o ciberativista? Esta figura que é um produto da ideologia contemporânea a interpelar o indivíduo enquanto sujeito, pode tornar-se, de fato, sujeito político? Estudiosos da "condição pós-moderna", da "modernidade-mundo", do "pós-modernismo", tais como David Harvey, Jean

Chesneaux, Fredric Jameson, respectivamente, concordam com Michel Foucault quanto à observação de que a categoria “espaço” domina, cada vez mais, a experiência subjetiva em prejuízo da categoria “tempo”. A subjetividade viveria um eterno presente sem expectativas de descontinuidade, ruptura ou de um futuro possível que são essenciais à mobilização política. Como se daria, então, a constituição da subjetividade política em um contexto de primazia da categoria espaço sobre a categoria tempo?

Longe de considerar a cultura um epifenômeno do desenvolvimento tecnológico segundo o esquema “forças produtivas x relações de produção”, prefiro entender as técnicas de forma expressionista, como um dos componentes, associado a outros, que contribuem para configurar a cultura política contemporânea. Tampouco a subjetividade se constituiria em correspondência necessária a estágios do desenvolvimento tecnológico<sup>1</sup>, ainda que deva ser compreendida no quadro de condições sociais mais amplas. A análise social das mídias digitais não exige que se tome a tecnologia como determinante das relações sociais.

A identificação de uma espécie de “gnosticismo político” é a relação mais evidente estabelecida entre política e mídias digitais. As manifestações esporádicas de multidões nas ruas, mas sem o encontro periódico entre militantes em núcleos partidários para a discussão de projetos nacionais, a ação à distância através do computador (“ativismo de sofá”), da movimentação financeira na forma de doações bancárias, a “gestão” de organizações, em suma, a sociedade civil sob medida para uma sociedade tecnocrática, seriam algumas expressões da política inorgânica.

Não é percebida, entretanto, a conformação de uma subjetividade gnóstica correspondente. Ao contrário, se “gnosticismo” é usualmente entendido como horror ao orgânico, repugnância ao corpo, ao natural e aos seres naturais, não é isso o que indicam as novas subjetividades. O desenvolvimento tecnológico tem sido acompanhado, desde o século XIX, por ideologias ambientalistas de “retorno à natureza” e pelo reconhecimento de seres não humanos como dignos de consideração. A “natureza” não aparece, contemporaneamente, como inimiga do espírito, do indivíduo, da liberdade ou da emancipação humana, mas sim a sociedade ou a cultura. A subjetividade mediada pelas técnicas mais avançadas de comunicação é “orgânica” e se oferece,

---

<sup>1</sup> Hermínio Martins observa que a ideia de que os artefatos técnicos representam extensões do ser humano se tornou um *topos* do pensamento moderno. A primeira exposição sistemática desta perspectiva foi apresentada num tratado sobre a filosofia da tecnologia, publicado em 1877, por Ernst Kapp, que formulou a noção de *organonprojektion* (projeção orgânica). A antropologia era vista por ele como chave para o entendimento da história da tecnologia. As ferramentas primitivas seriam projeções de parte do corpo humano, sobretudo da mão humana. Os sentidos da vista e do ouvido forneceriam os modelos para os instrumentos óticos e acústicos. Mesmo as invenções recentes do tempo de Kapp são postas em correspondência com as estruturas internas do corpo humano: “os cabos de telégrafo são comparados aos nervos e caminhos de ferro ao aparelho circulatório” Para Martins, “o que parece mais forçado na obra de Kapp é a tentativa de formular uma teoria da tecnologia, exaustiva e unitária, de tipo estritamente antropocêntrico e antropomórfico, em que cada estado e cada estágio da tecnologia é posto em correspondência a uma fase da espécie humana” (MARTINS, 1996, p.168-169).

por isso, como um problema epistemológico interessante para a política classicamente concebida como superação do “estado de natureza” por um “contrato social”. Aparentemente, enquanto o imaginário tecnológico contemporâneo é a imaginação da natureza, a ordem simbólica se desfaz.

## **Espaço, Tempo, Subjetividade**

Antes de tratar o “ciberespaço” como conceito capaz de contribuir para a compreensão da cultura política contemporânea, será preciso mencionar algumas condições econômicas, sociais, históricas e culturais nas quais ele emerge. Estas são referidas, por autores como Renato Ortiz, como “situação de globalização” marcada pela “compressão do tempo” e “predominância da figura do espaço”:

Outro aspecto que marca as mudanças em curso se refere à situação de globalização. Um traço chama atenção de diferentes analistas da realidade contemporânea: a compressão do tempo. Estaríamos vivendo uma época na qual sua aceleração, impulsionada pela revolução digital e tecnológica atinge limites antes desconhecidos. Na esfera econômica, os objetos são produzidos para durar o mínimo possível; nas indústrias transnacionais, a estabilidade fordista teria cedido lugar à flexibilidade da produção. Surge, então, um mercado de capitais funcionando em tempo real no qual os fluxos financeiros dependem da velocidade das transações. Essa aceleração que privilegia o instante, o efêmero, estende-se a diferentes domínios: moda, ideias, ideologias, espetáculos, distrações. De alguma maneira, o ideal do *shopping center (I want it now)* requer a existência de uma temporalidade curta, imediata, na qual as necessidades do consumo deveriam ser satisfeitas sem maiores delongas (ORTIZ, 2015, p.78).

O artigo de Michel Foucault, “De espaços outros”, publicado em *Architecture, Mouvement, Continuité*, n.5, em outubro 1984, porém originário de sua conferência proferida no *Cercle d'Études Architecturales*, a 14 de março de 1967, é a principal referência para os autores que posteriormente lidaram com o problema da mudança nas relações entre espaço, tempo e subjetividade no campo das humanidades. Temas como a crise da modernidade, de paradigmas, do Estado de bem-estar social, da sociedade do trabalho, a passagem do fordismo à acumulação flexível, a reestruturação produtiva, o aprimoramento e expansão dos sistemas de comunicação, a instantaneidade, a Revolução Verde, o descentramento do sujeito, o fim da autoria, a sociedade do espetáculo, de consumo, a primazia da imagem, a corrosão do caráter, o capitalismo financeiro, cognitivo, imaterial, entre outros, são atravessados pela questão da preponderância do espaço sobre o tempo na constituição da experiência subjetiva.

Foucault chama atenção para a descontinuidade, entre os séculos XIX e XX, relacionada à percepção cultural do tempo e do espaço. No século XIX, a obsessão era a história, o tema do desenvolvimento e da estagnação, das crises e dos ciclos, da acumulação. O século XX seria a época do espaço, da simultaneidade, justaposição, do próximo e do distante, do disperso. Em suas palavras, no século XX “o mundo é experimentado, menos como uma grande vida que se desenvolveria através do tempo [tal qual no século XIX], do que como uma rede que liga pontos e entrecruza seu emaranhado” (FOUCAULT, 2013, p.113). A metáfora da “rede”, advinda do aprimoramento dos sistemas de comunicação no século XX, teria substituído a do “organismo”, própria do pensamento biológico que impregnou o século XIX.

Não se deve afirmar, entretanto, que a categoria tempo tenha desaparecido, mas sim que ela perdeu seu posto na regência do que chamamos história. O espaço ganha primazia como eixo interpretativo das mudanças sociais e subjetivas, na medida em que a subjetividade passa também a estruturar-se sobre outras relações espaço-temporais. Quando hoje falamos em “história”, estamos nos referindo ao passado, enquanto o presente e o futuro teriam se tornado a-históricos.

O ciberespaço, que aparece no horizonte de nossas inquietações, não seria, portanto, radicalmente novo; ele possui uma história. O que chamamos “ciberespaço”, como camadas de lugares que se sobrepõem e atravessam, não resulta de uma produção puramente tecnológica e artificial. Trata-se do espaço contemporâneo em que vivemos, espaço cultural, em que as mídias digitais seriam alguns de seus componentes: lugar de representações simbólicas, constituído pelo atravessamento de tecnologias, informações, emblemas, valores, associados a novas condições de existência, pertencimento, produção de conhecimento e comportamento político.

A Idade Média, de certo modo, o antecipa, ao configurar-se como um conjunto hierarquizado de lugares no mesmo espaço: “toda essa hierarquia, essa oposição, esse entrecruzamento de lugares, constituíam o que se poderia denominar, bem grosseiramente, de espaço medieval: espaço de localização” (FOUCAULT, 2013, 113). Atualmente, a localização se converteu na “alocação” promovida pelos programas de informática e comunicação: armazenamento de informações, memória, codificação, cálculo, circulação, entradas e saídas, classificação, distribuição, aleatoriedade, organização etc. Para Foucault, “estamos em uma época em que o espaço se apresenta sob a forma de relações entre alocações” (FOUCAULT, 2013, 114).

O ciberespaço pouco se aproxima das utopias, alocações sem um lugar real que são a própria sociedade aperfeiçoada ou invertida. Mas teria afinidade com as heterotopias, lugares reais, efetivos, desenhados na própria instituição da sociedade. Espécies de utopias efetivamente realizadas, as heterotopias são lugares que estão fora e, ao mesmo tempo, em todos os lugares, embora sejam efetivamente localizáveis, por exemplo, na tela de um computador.

A tela do computador pessoal, de mesa, bolsa ou bolso, pode ser vista como um espelho, misto de projeção e devir. Lacan introduz a espacialização na experiência psicanalítica, ao utilizar a metáfora da imagem refletida, no artigo “O estágio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica”, de 1949. A teoria do estágio do espelho reinterpreta a tese do narcisismo de Sigmund Freud apontando para a constituição de um *eu* que resulta da identificação com o olhar de um outro. O ciberespaço seria um dos espelhos possíveis desta projeção do olhar do outro sobre si que permitiria a gênese do *eu*, mesmo que este outro seja sempre uma suposição.

Além das telas, brinquedos tecnológicos podem ser tomados como exemplos de espelho eletrônico face ao qual a criança se individualiza. Segundo Sherry Turkle, as crianças não querem mais compreender estes objetos tanto quanto cuidar deles. A agitação filosófica que poderia fazê-las perguntar se um Tamagotchi está vivo ou se possui conhecimento, dá lugar a novas práticas. Sua postura básica é “estou vivendo com esta nova criatura que veio para ficar e preciso atender as suas necessidades” (TURKLE, 2011, p.37). As demandas do brinquedo que a criança identifica como dirigidas a ela refletem sua autopercepção através do objeto.

As telas digitais, assim como o espelho, são lugares sem lugar. Nelas, o indivíduo se descobre ausente de onde está e se vê onde não está. Estes recortes heterotópicos dividem o tempo segundo sua própria lógica. Abrem-se às “heterocronias” que rompem com o tempo cronológico e estendem sobre o espaço uma quase eternidade onde os sujeitos se dissolvem. Tal como nos cemitérios, museus e bibliotecas, o tempo do ciberespaço não cessa de se amontoar e sobrepor a si mesmo.

A ideia de tudo acumular, a ideia de constituir uma espécie de arquivo geral, a vontade de encerrar em um lugar todos os tempos, todas as épocas, todas as formas, todos os gostos; a ideia de constituir um lugar de todos os tempos que seja, ele mesmo, fora do tempo e inacessível a sua corrosão; o projeto de organizar, assim, uma espécie de acumulação perpétua e indefinida do tempo em um lugar que não se moveria: enfim, tudo isso pertence à nossa modernidade (FOUCAULT, 2013, 119).

Mas o ciberespaço é também fugaz em sua superfície, liga-se ao tempo fútil e passageiro do esquecimento, tanto quanto da memória, como outras heterotopias ao exemplo das feiras, festas, eventos efêmeros. Este novo arranjo espacial compreende, igualmente, o tempo cumulativo e a instantaneidade, duas formas de se fixar o tempo ou de eternização, que tiram o protagonismo dos indivíduos. Freud teria sido o primeiro a instituir o “descentramento do sujeito”, tema especialmente importante para a corrente estruturalista e pós-estruturalista das ciências humanas<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Claude Lévi-Strauss, interessado em entender como os mitos atuam na mente dos homens de modo inconsciente, escreveu menos explicitamente sobre o “descentramento do sujeito” que a maioria de seus sucessores, mas seus

A psicanálise freudiana já mostrara que o *eu* não era o dono de sua própria casa, e que suas características apenas se revelam dando-se voltas através do inconsciente e da linguagem que é um sistema sem autor (GIDDENS, 1990, p. 267). De acordo com Joel Birman,

Ao atribuir à *pulsão*, ao *inconsciente* e ao *fantasma*, um lugar fundamental no psiquismo, o discurso freudiano colocou os registros do pensamento e da vontade subsumidos a esses outros registros psíquicos. Promoveu, assim, o descentramento do sujeito, dos registros do *eu* e da consciência, de maneira a renovar a crítica ao livre-arbítrio da razão e do pensamento. O cogito cartesiano, enfim, foi desalojado de sua posição primordial (BIRMAN, 2014, p.129).

O cogito cartesiano pode, então, ser apropriado de maneira a localizar o sujeito em um plano transcendente: se lá de onde eu penso, penso que existo, penso onde não existo e existo onde não penso. O sujeito perde a centralidade ao separar-se do indivíduo, da pessoa. Em Lacan, o sujeito do inconsciente e da linguagem já aparece como o sujeito por excelência, distinto do *eu*, função imaginária, mesmo que consciente. Embora a consciência possa apreender a si mesma de modo transparente numa reflexão imediata, ela seria sempre parcial, senão ilusória. É “no inconsciente, excluído do sistema do eu, [que] o sujeito fala” (LACAN, 1992, p. 80).

## O Ciberespaço

O ciberespaço é aqui concebido como o espaço-tempo contemporâneo onde a escrita espontânea, fixada no hipertexto, estaria entre a fala e a língua, o consciente e o inconsciente. Nos termos de Claude Lévi-Strauss, o ciberespaço permitiria recuperar e fixar o duplo perdido do indivíduo (LÉVI-STRAUSS, 1975, p.216) para a sua autoprodução e auto-realização sensível através da narrativa. Como estrutura mítica, este espaço-tempo não se situa em um plano transcendente, exterior aos indivíduos, mas os atravessa de maneira orgânica, tal como o canto xamânico descrito por Lévi-Strauss em “A Eficácia Simbólica” (1949) opera o corpo da parturiente. A narrativa mítica, ao erigir estruturas de signos articulados, redimensiona e reinventa o espaço, produzindo novos ambientes. Ela permite que se viva de forma inteligível e ordenada as experiências reais, o que produziria um desbloqueio físico de efeitos práticos.<sup>3</sup>

---

escritos têm sido a mediação principal entre Ferdinand de Saussure e as críticas ao humanismo (GIDDENS, 1990, p. 268).

<sup>3</sup> É assim que o xamã reconstrói, através do canto, a anatomia interior do corpo feminino numa dimensão onde transcorrem as lutas que, por fim, culminarão no parto e na cura: restituição de uma ordem simbólica livre de perigos (LÉVI-STRAUSS, 1975, p.225-7).

Pesquisadores das mídias digitais como Nancy Baym, Iara Beleli, Ivana Bentes, Christine Hine, Richard Miskolci, Saskia Sassen, Sherry Turkle, entre outros, seguem direção semelhante. O ciberespaço não é por eles apreendido como esfera apartada da sociedade, ao modo da “noosfera” ou esfera do pensamento, proposta pelo teólogo Teilhard de Chardin em *O Fenômeno Humano*, de 1940, ou como “realidade virtual” que, no senso comum, sugere um universo puramente fantasioso produzido pela Internet. As tecnologias mais recentes de comunicação não estão fora de nós, mas interiorizadas, subjetivadas e naturalizadas; tal como o “mundo da vida” fenomenológico, muito pouco são postas em questão no uso cotidiano. Conforme observa Hine,

A cotidianidade da Internet reforça a tendência desta ferramenta e das plataformas individuais *on-line* de serem tratadas como infraestruturas não percebidas na maior parte do tempo, e apenas raramente tematizadas em discussão específica. Pode ser bastante útil para o etnógrafo assumir uma perspectiva crítica, tanto sobre a despercebida Internet cotidiana, quanto sobre a Internet tematizada. O que assumimos como evidente quando deixamos de notar a Internet em nossas vidas? Quais são as ocasiões e momentos em que discutimos a Internet: quem está explicando a Internet para quem e com que objetivo? (HINE *interrogatuum per* CAMPANELLA, 2015, p.171).

Beleli, por sua vez, aponta para a inexistência da fronteira entre o “real” e o “virtual”. A criação de perfis pessoais em *sites* nas redes sociais e aplicativos, por exemplo, não deve ser pensada como um afastamento da “realidade”, mas parte de uma estratégia de autoconstrução e forma específica de corporificação (BELELI, 2015, p. 93). Neste sentido, para Miskolci, em vez de se chamar a Internet ou um *site* de “lugar”, talvez fosse mais profícuo compreendê-los como “contextos culturais” (MISKOLCI, 2011, p.16), dispensando-se as metáforas geográficas. Afinal, as mídias digitais “mediam e modificam a forma como vivemos nossa vida *off-line* dentro de um contínuo articulado e interdependente” (MISKOLCI, 2011, p.16).

Baym não exclui a possibilidade de que existam reinos de fantasia na Internet, onde as pessoas criam seus *eus on-line* sem nenhuma influência sobre seus *eus off-line*. Porém, lembra que mesmo entre os mundos fantásticos e a realidade, as fronteiras transbordam. Tomada como um todo, a Internet não é um espaço à parte, mas um instrumento adicional que as pessoas usam para se conectar e que se mistura à vida cotidiana (BAYM, 2010, p.152). Nos termos de Baym,

Deterministic orientations towards digital communication are often built on this sense of mediated communication as apart and different from real, embodied face to face interaction. Determinism is built on juxtaposing the online with the offline, comparing, contrasting, and looking for clear lines of influence. Yet, as we have seen throughout this book, the idea that these are separate realms does not hold up to scrutiny (BAYM, 2010, p.152).



Bentes também considera que ciberespaço “não pode mais ser concebido como um espaço social separado. Não ‘entramos’ na Internet, ela nos atravessa de diferentes formas em conexões a céu aberto que lutamos para democratizar e acessar” (BENTES, 2011, p.10).

O ciberespaço evidencia o fenômeno contemporâneo da espacialização do tempo, do qual emerge como uma de suas manifestações. Se dispensássemos de nossas reflexões as metáforas espaciais que dominam o inconsciente coletivo, perderíamos a oportunidade de articulá-las, no plano teórico, a fenômenos sociológicos mais abrangentes, abrindo mão do sentido da análise. Ao nos debruçarmos sobre o problema da separação entre “real” e “virtual”, presente no senso comum, mesmo no intuito de desfazê-la, talvez estejamos contribuindo para a sua legitimação. Do ponto de vista científico, o que nos informam as vagas noções de “real” e “virtual”? Em artigo anterior, propus que

As tecnologias digitais não ameaçam a realidade, mas a sua aparência simbólica. O verdadeiro embate não se dá entre o ‘real’ e o ‘virtual’, mas entre o ‘virtual’ e o ‘simbólico’, - condição do fazer político e da constituição do sujeito. No lugar da abertura à simbolização, tem-se um universo de classificações fixadas, o ciberespaço, que faz do mundo social e da alteridade uma realidade *a priori*, essencializada e anterior à experiência que demanda o transcurso do tempo (MARZOCHI, 2016, p.16).

Para as ciências humanas, a distinção entre “real”, “imaginário” e “simbólico”, proposta por Lacan, teria maior relevância. O “real” como o inapreensível que escapa à representação e simbolização; o “imaginário” como a miragem, a imagem, a impressão imediata, narcísica; e o “simbólico” como a apreensão e elaboração pela linguagem através do tempo. A “realidade”, nesta perspectiva, seria uma composição simbólico-imaginária. Lacan salienta que

O elemento temporal é muito importante de se considerar, estabelecendo todo um registro de problemas que devem ser tratados paralelamente à questão da relação do simbólico e do imaginário. A questão da constituição temporal da ação humana é inseparável da primeira (LACAN, 2005, p.34-35).

É possível afirmar, recorrendo a Max Weber, que o simbólico se constitui estruturalmente pela “rotinização”<sup>4</sup>, pela repetição no tempo:

Um dos pontos que parece dos mais estabelecidos na teoria analítica é o do automatismo, do pretense automatismo de repetição, cujo primeiro exemplo foi tão bem mostrado por Freud

---

<sup>4</sup> “Em sua forma genuína, a dominação carismática é de caráter especificamente extracotidiano e representa uma relação social estritamente pessoal, ligada à validade carismática de determinadas qualidades pessoais e à prova destas. Quando essa relação não é puramente efêmera, mas assume o caráter de uma relação permanente – ‘comunidade’ de correligionários, guerreiros ou discípulos, ou associação de partido, ou associação política ou hierocrática – a dominação carismática que, por assim dizer, somente *in statu nascendi* existiu em pureza típico-ideal, tem de modificar substancialmente seu caráter: tradicionaliza-se ou racionaliza-se (legaliza-se), ou ambas as coisas, em vários aspectos” (WEBER, 1991, p. 161-162).

em *Mais Além do Princípio do Prazer*. Vê-se como age a primeira mestria: a criança abole seu brinquedo, pelo desaparecimento. Essa repetição primitiva, essa escansão temporal, faz com que a identidade do objeto seja mantida na presença e na ausência. Temos com isso o alcance exato, a significação do símbolo na medida em que ele se refere ao objeto, isto é, ao que denominamos conceito. Ora, encontramos ali ilustrado algo que parece bem obscuro quando o lemos em Hegel, isto é, que o conceito é o tempo. (...) Graças ao exemplo de Freud, vocês podem perceber essa coisa simples que consiste em dizer que o símbolo do objeto é justamente o objeto-aí. Quando ele não está mais aí, é o objeto encarnado em sua duração, separado de si próprio e que, por isso mesmo, pode estar de certa forma sempre presente para você, sempre ali, sempre à sua disposição. Encontramos aqui a relação que há entre o símbolo e o fato de que tudo o que é humano é conservado como tal. Quanto mais humano, mais preservado do lado movediço e descompensante do processo natural. O homem faz subsistir em uma certa permanência tudo o que durou como humano e, antes de tudo, ele próprio (LACAN, 2005, p.35-36).

A duração, a projeção temporal, o futuro, são termos essenciais ao comportamento simbólico, uma vez que a simbolização é um processo que se realiza no tempo. Já o “imaginário” estaria no âmbito do imediato, do efêmero, ilusório e, por vezes, do engano, tal como as miragens sem substância que se fazem e desfazem conforme a luz. “Um dos modos mais acessíveis pelos quais (...) o imaginário é abordado, é tudo o que é reprodução artificial” (LACAN, p.53, 2005).

O ciberespaço pode ser apreendido como decorrência da rotinização. Porém, ele não se contém na dimensão simbolizada pela duração temporal e a ultrapassa no curso do processo que culmina na racionalização. A racionalização, por fim, expulsa o indivíduo para além da rotina simbolizada, para fora do discurso<sup>5</sup> e da tradição. Enquanto o símbolo emergia de uma certa ordem social interiorizada e relativamente estável, as regras de funcionamento dos sistemas racionalizados mudam constantemente e são, a princípio, estranhas, exigem permanente aprendizado. O sistema adquire autonomia e, ao mesmo tempo em que dispensa o controle do indivíduo, o aprisiona. A metáfora da “rede”, evocada por Foucault, possui duplo significado: o de ampliação do alcance através das ligações entre pontos e, também, de enredamento.

Quando o tempo incide menos que o espaço na experiência subjetiva, predomina, na “realidade”, mais o “imaginário” que o “simbólico”. A simbolização, que exige o distanciamento temporal, perde para o imaginário. O imaginário é da ordem do imediato, da indistinção entre apreensão e entendimento, enquanto o simbólico teria afinidade maior com a subjetivação e elaboração pela linguagem, com a temporalidade diacrônica. Por conseguinte, domina o pensamento que Lévi-Strauss define como aquele “em estado selvagem, não cultivado”, o

---

<sup>5</sup> O que a psicanálise chama de “psicose”.

pensamento classificatório que se orienta por imagens e “não distingue os momentos de observação e de interpretação” (LÉVI-STRAUSS, 2010, p.261), em vez da reflexão no tempo transcorrido.

### **Ciberativismo e “Pensamento selvagem”**

No contexto em que predomina o “pensamento em estado selvagem” e o espaço sobre o tempo, o ciberativismo é compreendido, no plano ideológico, como genuína ação política de indivíduos conectados pela Internet. O discurso de organizações e movimentos sociais que interpelam os indivíduos enquanto sujeitos políticos, os conclamam a ser “ciberativistas” (MARZOCHI, 2009). Saskia Sassen chamou atenção para o fato de que nem todo ativismo político que usa as mídias digitais como ferramenta visa a realização de ações coletivas *off-line*. Algumas práticas militantes restringem-se ao uso destas mídias, ainda que eventualmente resultem em grandes manifestações, como foram os movimentos antiglobalização de início do século.

Current uses of digital media in this new type of cross-border political activism suggest, very broadly, two types of digital activism: one that consists of actual citycentered — or rural-community centered, for that matter — activist groups who connect with other such groups around the world. The second type of digital network centered politics is one that does most of its work in the digital network and then may or may not converge on an actual terrain for activism, as was the case of Seattle with the WTO meeting. Much of the work and the political effort is centered on the transactions in the digital network. Organizing against the Multilateral Agreement on Investment was largely a digital event. But when these digital political actions hit the ground, they can do so very effectively, especially in the concentrated places that cities are (SASSEN, 2001, p.416).

Interessa-me, particularmente, o fenômeno do ativismo restrito às mídias digitais. Em que medida ele se desenrola por “transferência” (LAPLANCHE e PONTALIS, 1992, p.514-516) e “identificação” (FREUD, 2013, p.118) no sentido psicanalítico, isto é, quando desejos inconscientes se atualizam no ciberespaço sobre determinadas imagens e palavras, deslocando afetos de uma representação para outra? Nos movimentos sociais, em geral, emblemas, imagens, palavras de ordem, expressões, permitem a identificação entre um grande número de indivíduos que “colocaram um único e mesmo objeto no lugar de seus ideais do *eu* e que, por conseguinte, se identificam uns com os outros em seus *eus*” (FREUD, p.118, 2013).

Some-se a isso, o uso compulsivo das novas mídias é observado por especialistas com cada vez mais frequência. A comunicação digital, como demanda produzida pelo próprio mercado, é alimentada pela compulsão estimulada em seus usuários. Conforme observam Barbosa *et aliae*,

Não é raro, nas sessões de análise, estarmos com pacientes ansiosos à espera do toque do celular ou à espera de mensagens que são avidamente lidas no momento em que chegam; além do mais, esses “conectados” tentam se comunicar, falando com o analista, ao mesmo tempo em que teclam mensagens no *whatsapp*. Com a falta de oposição à satisfação dos impulsos, seja pelo imediatismo do objeto ou pela abundância de ofertas, construiu-se um modelo de relação alteritária que impede o sujeito de experienciar um intervalo suficiente entre a demanda e a satisfação, e que lhe permita criar, no sentido winnicottiano do termo (BARBOSA *et aliae*, 2013, p.66).

O uso compulsivo das mídias digitais pode ser compreendido de forma análoga ao uso de drogas na contemporaneidade, como cultivo de uma forma de sensibilidade “pela qual as sensações se desenraizam radicalmente do registro do corpo” (BIRMAN, 2014, p.93). A compulsão é o tipo de ação própria do contexto social que prioriza o espaço com relação ao tempo porque diz respeito às práticas que se repetem sem nada construir ou seguir direção alguma; que não visam qualquer finalidade ou geram mudanças:

A compulsão é uma modalidade de agir caracterizada pela repetição, já que o alvo da ação não é jamais alcançado, daí a sua repetição incansável, sem variações e modulações, que assume o caráter de imperativo, isto é, impõe-se ao psiquismo sem que o *eu* possa deliberar sobre o impulso (BIRMAN, 2014, p.84).

Anthony Giddens chega a caracterizar a “modernidade como compulsiva”:

Estamos nos referindo aqui a uma inclinação emocional para a repetição, que é em grande parte inconsciente ou pouco compreendida pelo indivíduo. O passado continua vivo, mas, em vez de ser reconstruído de modo ativo de acordo com a tradição, tende a dominar a ação de um modo quase semicausal. A compulsão, quando socialmente generalizada, é, na verdade, *tradição sem tradicionalismo*: repetição que se põe no caminho da autonomia, em vez de estimulá-la (GIDDENS, 1995, p. 89).

Enquanto o sujeito do estruturalismo é o “sujeito do inconsciente estruturado como linguagem”, a “persona”, no sentido original de “máscara através da qual ressoa a voz do ator”, recuperado por Marcel Mauss em seu estudo sobre a “Noção de Pessoa”, tem como atributo a “propriedade dos simulacros e das imagens” (MAUSS, 2003, p.389). Enquanto o “sujeito” é da ordem da linguagem, dos símbolos, da rotinização, a “persona” seria do âmbito do imaginário, do efêmero, da repetição compulsiva, mesmo que consciente. Há que se perguntar se não é a “persona”, no lugar do “sujeito”, quem atua no ciberespaço entendido como o tempo-espaço contemporâneo.

Émile Durkheim observa que a noção de alma foi, durante muito tempo, e em parte continua sendo, a forma mais popular da ideia de personalidade, e que concepção totêmica de alma está na

base de muitos outros conceitos de pessoa, personalidade e sujeito que se desenvolveram, posteriormente, através da filosofia:

Pelo que se pode julgar com base em dados da etnografia, a ideia de alma parece ter sido contemporânea da humanidade e parece ter tido, logo de imediato, todas as suas características essenciais, de forma que a obra das religiões mais avançadas e da filosofia se limitou a depurá-la, sem nada lhe acrescentar de verdadeiramente fundamental (DURKHEIM, p.297).

A noção de pessoa de origem totêmica seria produto de duas espécies de fatores: o primeiro é essencialmente impessoal, o princípio espiritual que serve de alma à coletividade e constitui a própria substância das almas individuais; o segundo é pessoal: para que haja distintas personalidades, é necessário que intervenha outro fator que fragmente esse princípio e o diferencie, o fator de individuação:

É o corpo que desempenha esse papel. Como os corpos são distintos uns dos outros, como ocupam pontos diferentes do tempo e do espaço, cada um deles constitui um meio especial onde as representações coletivas vêm se retratar e se colorir diferentemente. Resulta daí que se todas as consciências engajadas nesses corpos estão voltadas para o mesmo mundo, isto é, o mundo das ideias e de sentimentos que constituem a unidade moral do grupo, nem todas o veem pelo mesmo ângulo: cada um o exprime à sua maneira (DURKHEIM, 1989, p.331).

Durkheim sugere duas concepções aproximadas de personalidade desenvolvidas pela filosofia: a concepção de Gottfried Leibniz e a de Immanuel Kant. Leibniz utiliza o modelo das “mônadas”, substâncias simples, para mostrar que as personalidades individuais seriam unidades pessoais e autônomas, feitas de conteúdo idêntico, porém dotadas de consciência que exprimiria o mesmo objeto, o mundo, sistema de representações, de seu ponto de vista particular. Cada consciência seria apenas reflexo da consciência universal. A diversidade de perspectivas derivaria do fato de estarem as mônadas situadas em pontos diferentes do sistema total que constituem, - um sistema de perspectivas (DURKHEIM, 1989, p.331).

Em Kant, por sua vez, o elemento capital da personalidade é a vontade, a faculdade de agir de acordo com a razão. A razão, porém, seria o que existe de mais impessoal no indivíduo, porque a razão não é dele, é a razão humana: “o poder que o espírito tem de se elevar acima do particular, do contingente, do individual, para pensar sob a forma do universal” (DURKHEIM, 1989, p.331). O que faz do homem uma pessoa é o que ele tem em comum com outros homens. “Os sentidos, o corpo, o eu, em uma palavra, tudo o que o individualiza é, ao contrário, considerado por Kant como o antagonista da personalidade” (DURKHEIM, 1989, p.332).

Embora as duas concepções se assemelhem em alguns aspectos, Leibniz põe acento na noção de substância, enquanto Kant na ideia de razão. É possível afirmar, grosso modo, que a

concepção estruturalista de sujeito, elaborada ulteriormente pelas ciências humanas, tem mais afinidade com a concepção kantiana de razão que com as mônadas de Leibniz. A sociologia e a psicanálise desenvolvidas a partir daí, dirão, como fez Lacan, que o sujeito é o coletivo e, ao mesmo tempo, o inconsciente que, para as culturas totêmicas, constitui a própria substância das almas individuais. É o elemento impessoal que está na gênese da noção de personalidade. A coletividade fornece a matéria-prima da ideia de alma a partir da qual a personalidade se diferencia, ainda que algo de coletivo nela permaneça.

Em Durkheim, assim como no estruturalismo posterior, embora as sensações sejam essencialmente individuais, os indivíduos são tão mais pessoa quanto mais se libertam dos sentidos e quanto mais sejam capazes de pensar e agir por conceitos (DURKHEIM, 1989, p.333). A personalidade não se constituiria, assim, somente pela diferença decorrente da individuação, mas pela autonomia intelectual, pela capacidade de apropriação e elaboração simbólica. A partir de Kant, pode-se compreender a constituição da personalidade como fenômeno diverso e mais complexo que o processo de individuação relativo às singularidades dos corpos.

A noção de “persona” como máscara pela qual ressoa a voz do ator, por seu turno, aproximar-se-ia mais da concepção das mônadas de Leibniz, e talvez seja possível identificar, no senso comum contemporâneo, o predomínio deste paradigma. Quando o espaço incide sobre a temporalidade, o simbólico dá lugar ao imaginário, e o sujeito à mônada, o mundo das representações e da razão, em que deveria desenrolar-se a vida social, perde para seu substrato material, para as forças físicas, sobre as quais deveria impor-se. Por conseguinte, a capacidade de pensar e agir por conceitos, própria dos sujeitos, cede a vez às paixões, aos sentidos e sensações individuais. O processo de individuação, que avança através dos corpos, não resultaria em um aumento da personalidade; pelo contrário, contribuiria para rebaixá-la.

Ainda que o “descentramento” diga respeito a uma cisão, é a partir dele que o indivíduo pode realizar-se como sujeito. O descentramento do sujeito remonta à linguística de Ferdinand de Saussure que permite o entendimento da linguagem como um corte na realidade que separa o que pode ser apreendido simbolicamente do que fica de fora (GIDDENS, 1990, p. 267). É pela simbolização através do tempo transcorrido que o sujeito se constitui. O tempo diacrônico permite que o sujeito cindido entre “real, imaginário e simbólico” se movimente de forma dialética por uma sucessão de transformações. A supressão do tempo, por consequência, reificaria esta cisão congelando o movimento e impedindo a constituição do sujeito. A subjetividade descentrada em um eterno presente, tem a repetição como único horizonte que não aponta para qualquer possibilidade de ruptura. Sem a participação da categoria tempo, não haveria “discursividade possível” ou “ordem do discurso” (BIRMAN, 2014, p.9-18).

O sujeito, para constituir-se como tal, deve inscrever-se no discurso do “Outro”, lugar onde se constitui o “eu” que fala com o “ele” que escuta, decidindo o outro escutá-lo tenha falado ou não (LACAN *apud* GIDDENS, 1990, p. 268). Essa escuta pressuposta seria condição para a constituição do sujeito. Porém, se o texto se organiza em função do jogo interno de significantes, e aquele que lhe deu origem confere pouca relevância à sua compreensão, como e onde encontrar o sujeito? Indo além, de que modo conceber uma subjetividade política mediada pelas tecnologias digitais, se o sujeito da linguagem está em outro lugar além do *eu* que fala ou escreve? Se o autor descentrado não possui relação privilegiada com sua fala ou texto, por sua vez libertos das intenções que os produziram, de que maneira interpretar a escrita no hipertexto, utilizada como instrumento de ação política, a que temos denominado ciberativismo?

As mídias digitais, em certa medida, permitiram a apropriação da linguagem (*langue*) através da escrita ou da fala (*parole*), abrindo assim a possibilidade para a atualização da linguagem. Na linguagem atualizada (*parole* saussuriana) deve residir, ao menos em tese, o sujeito entendido como agente. Conforme Giddens,

Se considerarmos a linguagem situada no contexto das práticas sociais e rechaçarmos a distinção estruturalista e pós-estruturalista entre o consciente e o inconsciente, alcançaremos uma concepção diferente do sujeito humano: a de sujeito enquanto agente (GIDDENS, 1990, p. 269).

Para rechaçarmos a distinção entre inconsciente e consciente, entre *langue* e *parole*, seria preciso também combinar diacronia e sincronia numa outra temporalidade. Em artigo anterior (MARZOCHI, 2016), proponho situar o ciberespaço que nos envolve no tempo mítico, simultaneamente histórico e não histórico:

Proponho conceber-se o *ciberespaço*, objeto último deste artigo, como uma terceira dimensão entre a sincronia e a diacronia. A escrita espontânea, contextual ou de curta validade, fixada no hipertexto, tal uma *parole* saussureana congelada, estaria entre o tempo reversível e o irreversível, o cíclico e o linear. Teríamos um aqui-agora contínuo (...). O ciberespaço, como espaço-tempo mítico, combinaria as propriedades dos sistemas temporais da *langue* e da *parole*. Nas palavras de Lévi-Strauss, “acabamos de distinguir a língua da palavra por meio dos sistemas temporais aos quais cada uma pertence. Ora, também o mito se define por um sistema temporal que combina as propriedades dos dois outros” (LÉVI-STRAUSS, 1996, p.241 *apud* MARZOCHI, 2016, p.3-4).

Esta terceira dimensão teria a narrativa como seu elemento central e combinaria, de modo indiferenciado, os domínios da palavra e da língua. O problema é que o único sujeito que encontramos no mito é ele mesmo. Giddens, no entanto, sugere que Lévi-Strauss e pós-

estruturalistas como Foucault tenham se apropriado da linguística de Saussure de modo demasiadamente estático, privilegiando a sincronia em prejuízo da diacronia no tratamento da linguagem. A maior parte da atração despertada pelos escritos de Saussure concerne à análise da propriedade da língua (*langue*) e não da fala (*parole*). A língua, todavia, se constrói a partir da *práxis* dos falantes. Para Giddens, o fato de Saussure ter reconhecido a diferença entre o estudo sincrônico, próprio da análise da língua, e o estudo diacrônico, próprio das mudanças reais do uso linguístico, não quer dizer que ele pretendesse outorgar prioridade à sincronia sobre a diacronia (GIDDENS, 1990, p. 275-276).

### **O sujeito político contemporâneo**

Giddens propõe que, em vez de nos referirmos à “fala”, com suas conotações formais, adotemos a noção de “conversação informal” para designar o intercâmbio casual da conversação em situações de vida social cotidiana, porque esta seria a base de todos os aspectos mais elaborados e formalizados do uso da linguagem (GIDDENS, 1990, p. 280). Deve-se afirmar, não a prioridade da fala sobre a escrita, mas a da conversação sobre a escrita. Um falante competente não apenas domina séries de normas sintáticas e semânticas, senão também a gama de convenções relativas ao que ocorre nos contextos cotidianos da atividade social.

Giddens argumenta que o conteúdo de uma conversação não pode ser retirado da situação original em que foi produzido, ao preço de perder seu significado intencional. Em outras palavras, “o que confere precisão à linguagem ordinária é seu uso em um contexto” (GIDDENS, 1990, p.284). O significado e a referência estão estreitamente combinados na conversação que se organiza e é levada a cabo em contextos práticos de ação. Diferente de um texto artístico, obra aberta e autônoma, na conversação os autores são agentes que dominam o sentido do que é dito. Sem conhecer a intenção do argumento, perde-se em significação, isto é, “a intenção do autor oferece uma base para a recuperação do significado original do texto” (GIDDENS, 1990, p. 284).

Nestes termos, o sujeito político apenas se constituiria pelo significado que produz numa situação de diálogo, onde está em jogo não apenas o reconhecimento do outro e pelo outro, mas também a intenção que orienta a construção dos argumentos e um relativo controle do contexto de conversação. O diálogo, no entanto, exige que os interlocutores se coloquem num terceiro plano além do “eu” e do “outro”, o plano transcendente da linguagem. Conforme Lacan,

Toda relação a dois é sempre mais ou menos marcada pelo estilo do imaginário. Para que uma relação assuma seu valor simbólico, é preciso haver a mediação de um terceiro



personagem que realize, em relação ao sujeito, o elemento transcendente graças ao qual sua relação com o objeto pode ser sustentada a certa distância (LACAN, p.33, 2005).

A formação da subjetividade política não está no indivíduo, no corpo, no *eu*, mas no “grande Outro”. O indivíduo se define, em última instância, pelo que escapa à sua “identidade” como autodefinição consciente. Conforme Romildo Barros, “o individual não é o subjetivo. O sujeito não é o indivíduo, não está no plano do indivíduo. O individual é um corpo, um *eu*. O efeito sujeito, que se produz aí e que perturba as funções, está articulado ao Outro, ao ‘grande Outro’. É o que chamamos o coletivo ou o social” (BARROS, 2011, p.20).<sup>6</sup>

A constituição do sujeito passa pela apropriação da linguagem e do inconsciente. Mas é preciso um entendimento da linguagem em que a fala não seja mera atualização da estrutura linguística, e sim atividade criativa sob o controle e arbítrio do sujeito considerado agente produtor de significado, capaz de dominar e manipular contextos culturais. Da conversação, prática relacional, emerge o agente que é reconhecido por outro. O agente só é agente para outro, assim como as ações sociais, segundo Weber, são sempre voltadas para um indivíduo ou vários, próximos ou distantes. Uma ação social é sempre uma relação e vice-versa. A noção de sujeito, neste sentido, é a de sujeito que se constitui em relação. Quando o interlocutor não aparece de modo preciso, o texto da fala ou da escrita adquire autonomia e se torna, ele mesmo, um sujeito que dispensa o seu autor.

A produção de textos em âmbitos relacionais exige uma temporalidade sequencial para o ordenamento da conversação. Inversamente, em contexto de primazia do espaço com relação ao tempo, como é o caso do ciberespaço, as relações se dissolvem junto com os agentes. É na dimensão temporal que se dão as relações dentro da linguagem, na dimensão simbólica. Sem o tempo, há miragens de relações e de comunicação que não se desdobram em antíteses ou resultam em sínteses.

As relações sociais que se dão no decorrer do tempo, através da linguagem e do simbólico, entre interlocutores, não se confundem com as “redes” de contato e trabalho que estariam no plano do imaginário. Embora sejam produtivas, elas têm a função de capitalizar as relações sociais de modo que correspondam a imperativos tais como impulsionar a carreira, promover a ascensão econômica, aprimorar sistemas de gestão, necessidades que estão aquém da constituição da subjetividade política. Quando a espacialização da experiência toma a dianteira, sob o imperativo e signo das “redes”, o resultado é a ausência de pretensão utópica e de transcendência do aqui- agora exigidas para a elaboração de qualquer projeto de transformação política (BIRMAN, 2014; ORTIZ, 2015).

---

<sup>6</sup> “O coletivo não é nada senão o sujeito do individual” (LACAN, 1998, p. 213).

## Conclusão

As condições sob quais o ciberespaço emerge são inauguradas por novas relações entre espaço, tempo e subjetividade, e pela preponderância do espaço sobre o tempo na constituição da experiência subjetiva. Dizem respeito a transformações de base econômica que já foram bastante exploradas pelos teóricos da globalização e da pós-modernidade, como a passagem do fordismo à acumulação flexível, a reestruturação produtiva, a divisão internacional do trabalho, a simultaneidade, a segmentação do mercado consumidor, e agora apontam para o capitalismo cognitivo e imaterial.

Embora a categoria tempo não tenha sido substituída pela de espaço, o tempo perde sua função de regência da história. Estamos sob a imagem e o imperativo das “redes”, onde a localização se converteu em “alocação” promovida pelos programas de informática e pelo desenvolvimento da comunicação. As telas digitais são os lugares sem lugar, recortes heterotópicos que dividem o tempo segundo sua própria lógica produzindo heterocronias nas quais os sujeitos por excelência, os sujeitos do inconsciente, dissolvem-se, mas deixam sobreviver o “eu”, função consciente e imaginária.

O ciberespaço acentua o fenômeno contemporâneo da espacialização do tempo. A duração, a projeção temporal, o futuro, são termos essenciais ao comportamento simbólico. Embora o ciberespaço possa ser apreendido como decorrência da rotinização weberiana, ele não se contém na dimensão simbólica e a ultrapassa. O processo de racionalização expulsa o indivíduo para além da rotina simbolizada, para fora do discurso e da tradição. Enquanto o símbolo emerge de uma certa ordem social interiorizada e relativamente estável, as regras de funcionamento dos sistemas mudam constantemente.

Quando o tempo incide menos que o espaço na experiência subjetiva, predomina o pensamento em estado selvagem, não cultivado, o pensamento classificatório que se orienta por imagens e não distingue os momentos de observação e de interpretação (LÉVI-STRAUSS, 2010, p.261). Exatamente neste contexto de preponderância do “pensamento selvagem”, surge o conceito de ciberativismo como ação política de indivíduos conectados pela Internet que, muitas vezes, restringe-se a práticas *on-line* por “transferência” e “identificação”.

Desejos inconscientes se atualizam no ciberespaço sobre determinadas imagens e palavras, deslocando afetos de uma representação para outra; emblemas, imagens, palavras de ordem, expressões, permitem a identificação entre um grande número de indivíduos dispersos, mediados pela tecnologia. O uso compulsivo das mídias digitais pode ser compreendido de forma análoga ao uso de drogas na contemporaneidade. A compulsão é o tipo de ação própria do contexto social que

prioriza o espaço com relação ao tempo, práticas que se repetem sem nada construir ou produzir mudanças.

No lugar do sujeito de transformação, está o “eu”, a “persona”, a máscara através da qual ressoa a voz do ator. Enquanto o “sujeito” é da ordem da linguagem, dos símbolos, a “persona” seria do âmbito do imaginário, do efêmero, da repetição compulsiva, mesmo que consciente. É a persona e não o sujeito quem atua no ciberespaço entendido como o tempo-espaço contemporâneo. É como se o processo de individuação tivesse distanciado, progressivamente, o corpo individual da personalidade, - da razão entendida como o poder que o indivíduo tem de elevar-se acima do particular e do contingente para pensar sob a forma do universal.

Paradoxalmente, é a partir do “descentramento” que o indivíduo pode realizar-se como sujeito. Por estar em outro lugar além do “eu”, inscrito no discurso do Outro, é que ele pode apropriar-se da linguagem através da escrita ou da fala e fazer-se entender como agente. As mídias digitais permitiriam esta atualização criativa da linguagem, através da narrativa, combinando a sincronia da *langue* e a diacronia da *parole*.

## BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ARAÚJO, Willian Fernandes. “Ciberativismo: levantamento do estado da arte na pesquisa no Brasil”. V Simpósio Nacional ABCiber - Dias 16, 17 e 18 de Novembro de 2011 – UDESC/UFSC.

ARAÚJO, Willian Fernandes; FREITAS, Ernani Cesar de. Quanto custa mudar o mundo? Análise da dimensão discursiva do ciberativismo na WikiLeaks. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos* 14(2): 110-120 maio/agosto 2012.

ARAÚJO, Willian Fernandes; MONTARDO, Sandra Portella. Ciberativismo em sites de redes sociais: Uma análise da apropriação das páginas do Facebook pela WikiLeaks. *Redes.Com*, nº8 p.71-84, 2013.

ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BARBOSA, Ana Maria Ferrara de Carvalho; FURTADO, Ana Maria; FRANCO, Anna Lúcia de Mello; BERINO, Claudia Gindre da Silva; PEREIRA, Claudia Rodrigues; ARREGUY, Marília Etienne; BARROS, Marlene Jesus de. As novas tecnologias de comunicação: questões para a clínica psicanalítica. *Cad. Psicanál.*- CPRJ, Rio de Janeiro, v. 35, n. 29, p. 59-75, jul./dez. 2013.

BARROS, Romildo do Rego. “Os coletivos lacanianos” In: Escola Brasileira de Psicanálise. Diretoria de Intercambio e Carteis (2009-2011), São Paulo, 2011.

BAYM, Nancy K. “The myth of cyberspace” In: *Personal Connections in the Digital Age*. Cambridge: Polity Press, 2010.

BELELI, Iara. O imperativo das imagens: construção de afinidades nas mídias digitais. *Cadernos Pagu* (44), janeiro-junho de 2015:91-114.

BENTES, Ivana. “Nós somos a rede social”. ANTOUN, Henrique; MALINI, Fábio. In: *@internet e #rua*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

- BIRMAN, Joel. *O sujeito na contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- BRUDER, Maria Cristina Ricotta; BRAUER, Jussara Falek. A constituição do sujeito na psicanálise lacaniana: impasses na separação. *Psicologia em Estudo*. vol.12 no.3 Maringá Set./Dec. 2007.
- CAMPANELLA, Bruno. "Por uma etnografia para a Internet: transformações e novos desafios". Entrevista com CHRISTINE HINE (University of Surrey, Department of Sociology. Guildford, Reino Unido). *MATRIZES*. V.9 - Nº 2 jul./dez. 2015, São Paulo – Brasil.
- CHESNEAUX, Jean. *Modernidade-mundo*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- DURKHEIM, Emile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Paulinas, 1989.
- FERNANDES, Cintia San Martin. *Sociabilidade, Comunicação e Política*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009.
- FERKISS, Victor. *O Homem Tecnológico - Mito e Realidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FOUCAULT, Michel. De espaços outros. *Estudos avançados* 27 (79), 2013.
- FREUD, Sigmund. *Psicologia das Massas e análise do eu*. Porto Alegre: L&PM, 2013.
- GIDDENS, Anthony. "El estructuralismo, el post-estructuralismo y la producción de la cultura". In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan y otros. *La teoría social, hoy*. Madrid: Alianza Editorial, 1990.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- GIDDENS, Anthony. "A vida em uma sociedade pós-tradicional". In: GIDDENS, Anthony; LASH, Scott; BECK, Ulrich. *Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na Ordem Social*. São Paulo: Unesp, 1995.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HINE, Christine. *Virtual ethnography*. London: Sage Publications, 2000.
- HINE, Christine. (ed.). *Virtual methods: issues in social research on the internet*. New York: Berg Publishers, 2005.
- HINE, Christine. *Ethnography for the internet: embedded, embodied and everyday*. Huntingdon, GBR: Bloomsbury Publishing, 2015.
- JAMESON, Frederic. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2002.
- KANT, Immanuel. "Crítica da Razão Pura". In: *Kant*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- LACAN, Jacques. "O estádio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica". *Comunicação feita ao XVI Congresso Internacional de Psicanálise*. Zurique, 17 de julho de 1949.
- LACAN, Jacques. *O seminário: livro 2 - o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- LACAN, Jacques. "O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada". In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- LACAN, Jacques. "O simbólico, o imaginário e o real". In: *Nomes-do Pai*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- LAPLANCHE, J; PONTALIS, J. B. *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LEVI-STRAUSS, Claude. "A Eficácia Simbólica". In: *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. "O tempo reencontrado" In: *O pensamento selvagem*. Campinas: Papyrus, 2010.
- MARZOCHI, Samira Feldman. "Metamodernidade e Política: a ONG Greenpeace". Tese de Doutorado apresentada ao Dep.de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, 2009.

- MARZOCHI, Samira Feldman. O “animal eletrônico”: dilemas do ciberativismo verde. Cad. CRH vol.28 no.73 Salvador Jan./Apr. 2015a.
- MARZOCHI, Samira Feldman; ANDRADE, Thales Haddad Novaes de. “Subjetividade, política e ciberespaço: notas de teoria social para a composição do ‘ciberativista verde’”. III Semana de Ciência Política da UFSCar, 27 a 29 de abril de 2015b.
- MARZOCHI, Samira Feldman. ANDRADE, Thales Haddad Novaes de “Subjetividade, política e ciberespaço: notas de teoria social para a compreensão do ciberativismo a partir do ‘ciberativista verde’”. *GT04: Ciberpolítica, ciberativismo e cibercultura – Cultura, política e ativismo nos tempos das mídias digitais. 39º Encontro Anual da Anpocs*. Caxambu, 2015c.
- MARZOCHI, Samira Feldman. “Subjetividade, política e ciberespaço: uma recategorização da relação espaço-tempo para a definição típica-ideal do sujeito político contemporâneo”. ST05: Ciberpolítica, Ciberativismo e Cibercultura, 3ª Sessão: Subjetividades, opiniões e sentidos em rede, 40º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu – MG, 24 a 28 de outubro de 2016.
- MAUSS, Marcel. “Uma categoria do espírito-humano: a noção de pessoa, a de ‘eu’” In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: CosacNaify, 2003.
- MARTINS, Hermínio. *Hegel, Texas e outros ensaios*. Lisboa: Século XXI, 1996.
- MISKOLCI, Richard. Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. *Cronos: R. Pós-Grad. C. Soc.* UFRN, Natal, v. 12, n.2, p. 09-22, jul./dez. 2011.
- MORAES, Fernando Dreissig. Ciberespaço entre as redes e o espaço geográfico: algumas considerações teóricas. *Caminhos de geografia*. Uberlândia, v.14, n.47, set/2013, p.139-149.
- ORTIZ, Renato. *Universalismo e Diversidade*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- PERONE, Juan Carlos (org.). *La intimidad: un problema actual del psicoanálisis*. Buenos Aires: Psicolibro ediciones, 2010.
- SASSEN, Saskia. Impacts of Information Technologies on Urban Economies and Politics. *International Journal of Urban and Regional Research*, Volume 25.2, June, 2001.
- SCHÜTZ, Alfred. *Sobre fenomenologia e relações sociais*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- SENNET, Richard. *A corrosão do caráter. Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. RJ/SP: Editora Record, 1999.
- TURKLE, Sherry. *Alone Together: why we expect more from technology and less from each other*. New York: Basic Books, 2011.
- WEBER, Max. “A rotinização do carisma”. In: *Economia e Sociedade*, Vol.1. Brasília: UnB, 1991.
- ZIZEK, Slavoj. *O sujeito incômodo*. São Paulo: Boitempo, 2016.